

Ameaça Oculta no Horizonte Atlântico: Vigilância, Mobilização e Defesa Passiva Antiaérea nos Litorais Paraibano e Piauiense (1941-1945)*

Hidden Threat in The Atlantic horizon: Surveillance, mobilization and passive anti-aircraft defense on the coast of Paraíba and Piauí (1941-1945)

George Henrique de Vasconcelos Gomes

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – PPGH-UFPB.

Wanderson Ramonn Pimentel Dantas

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB-UFPI.

RESUMO

O presente artigo se propõe a apresentar um estudo comparativo entre as formas de vigilância, mobilização e defesa empreendidas nos litorais dos estados da Paraíba e do Piauí durante a Segunda Guerra Mundial. Esta mobilização de caráter cívico-militar esteve diretamente ligada à iminência da ameaça de invasão por forças aerotransportadas e navais do Eixo. Este estudo se justifica pela necessidade da inserção de pesquisas acerca destas localidades dentro do plano de defesa do Teatro de Operações do Nordeste brasileiro, iniciado em 1942 e pela proximidade com as bases de Recife, Natal e Fortaleza. Serão apresentadas as formas como os dispositivos de vigilância e defesa se materializaram, estabelecendo semelhanças e as diferenças entre a Paraíba e o Piauí. Com este fim, foram utilizadas fontes primárias oriundos de jornais e do Arquivo Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial; Defesa; Litoral

ABSTRACT

The present article proposes to present a comparative study among the forms of surveillance, mobilization and defense conducted at the coastlines of the states of Paraíba and Piauí during the Second World War. This civic-military character mobilization was directly connected with the imminent threat of invasion by Axis airborne and naval forces. This study is justified by the necessity of the insertion of researches about these locations within the defense plan of the Brazilian Northeastern Theatre of Operations, initiated in 1942 and due to its proximity to Recife, Natal and Fortaleza bases. The ways in which surveillance and defense device materialized will be presented, establishing similarities and differences between Paraíba and Piauí. For this purpose, primary sources from newspapers and documents from the Brazilian National Archives were used.

KEYWORDS: Second World War; Defense; Coastline

*Artigo recebido em 2 de agosto de 2020 e aprovado para publicação em 16 de outubro de 2020.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 32, p. 119-136 – 2020.

Atualmente, podemos notar um crescimento acentuado de estudos acadêmicos ocupados em desdobrarem-se sobre a temática do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tendo sido despendida certa atenção sobre a problemática do *front* interno e seus desdobramentos.¹ Nesse quadro geral, alguns temas dos quais se dedica maior atenção são as propagandas de guerra do Departamento de Imprensa e Propaganda e as ações controversas da Comissão de Mobilização Econômica e a mobilização militar.

Partindo desse breve quadro, precisamos situar nosso objeto de pesquisa, afinal, o mesmo encontra-se dentro da problemática do *front* interno. Assim sendo, nosso objetivo consiste em fornecer maiores detalhes sobre dois estados na defesa do Nordeste durante a Batalha do Atlântico. Encontramos na metodologia da comparação a possibilidade de entendê-los como dois lugares situados numa mesma organização militar que tiveram importâncias distintas e, acima de tudo, desdobramentos reais, acontecimentos e ações diferentes do que se planejou. O Teatro de Operações do Nordeste logrou papéis distintos às diferentes armas, e diferentes unidades no complexo defensivo da região.

Nós lidamos com o seguinte problema: os estudos sobre o *front* interno têm logrado excessiva atenção a Natal, Parnamirim e Recife e, obviamente, isso se explica pelo papel estratégico e geográfico no contexto geral da guerra. Quanto a isso, não há dúvidas. Afinal, seus domínios foram ocupados por tropas americanas e funcionaram como base para aviões e navios com destino a Europa e a África, já que, no começo de 1942, a “maré” da guerra não era favorável aos Aliados. Precisava-se dominar o norte da

África. Esta preocupação em especial, foi um dos artifícios que levou ao Estado-Maior do Exército brasileiro a pensar uma estratégia de distribuir bem as tropas nesta área estratégica para toda tendo em vista a guerra (BONALUME NETO, 1995; FERRAZ, 2005).

É preciso pontuar que a declaração formal de guerra em 22 de agosto de 1942, sob dispositivo único do Presidente da República, gerou precedentes para a formação da Zona de Guerra no Território Brasileiro. Segundo, Manoel Thomaz Castello Branco (1960), este dispositivo territorial deveria ser dividido em cinco Teatros de Operação. Entre eles, estava o teatro Nordeste-Este, cuja dimensão compreendia a região do Rio Doce ao sul da Bahia até à divisão do Maranhão com o Pará. Esse teatro compreendia praticamente todos os estados do Nordeste. Pertenciam a 7ª Região Militar, e durante o percurso de 1942 foi comandado pelo General João Batista Mascarenhas de Moraes, assim que se tornou general de brigada (MORAES, 1969). Ou seja, até 1942, estavam todos os estados reunidos sob a mesma região. Mesmo assim, podemos dizer que os papéis foram semelhantes tanto no plano quanto na organização efetiva das defesas?

Neste sentido, vale a pena pensar o nosso problema: o Piauí e a Paraíba. Quais foram os papéis destes estados na defesa do Teatro de Operações Nordeste (TO-NE) durante a Segunda Guerra Mundial? Para responder este questionamento, será interessante perpassar pela mobilização para a guerra, ou seja, estar atento às medidas para defesa e o que se materializou, de fato. Ao que parece, o caso do Piauí dá indícios de se diferenciar das medidas e ação de mobilização da Paraíba.

O estabelecimento dos fatos nos leva à nossa problemática. Como bem dissemos, esta é uma medida para comparar a importância dos estados na organização de defesa do Nordeste visando duas ameaças fundamentais: 1. A primeira pelo mar, com o aumento gradativo de *U-boats*² no Atlântico, e a ameaça gerada tanto à navegação da Marinha Mercante, como às defesas estabelecidas no litoral; 2. A segunda preocupação justaposta põe-se na necessidade de se precaver contra possíveis bombardeios (ademais não se descartava a possibilidade de uma invasão aerotransportada), já que a *Luftwaffe*³ já estava abastecida de bombardeiros de longo alcance.

O PIAUÍ NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ESTRATÉGIA, DEFESA E MOBILIZAÇÃO

O complexo defensivo do Nordeste foi planejado e elaborado pelo General Estevão Leitão de Carvalho. Este oficial exerceu a função de Inspetor da 7ª RM, segundo o relatório do General Dutra, permaneceu na função desde o ano 1939. Cabia ao Inspetor, analisar e percorrer o território visitando todas as unidades, para entender o grau de adestramento e as instalações. Porém, Leitão de Carvalho não permaneceu muito tempo no cargo. Justificando a necessidade de remanejá-lo para as Comissões Mistas do Brasil com o EUA em 1942, removeram-lhe do cargo. Quem tomou seu lugar na consolidação e consecução do plano foi o General João Batista Mascarenhas de Moraes⁴ (BRASIL, 1942a; CASTELLO BRANCO, 1960).

Com relação ao Piauí, a documentação aponta para fortes indícios de que o seu papel na defesa do Nordeste assumiu

características diferentes do restante dos estados desta região. Aqui estão as circunstâncias que definem essa diferença: 1. Demasiada atenção ao perigo oriundo do mar, no entanto, ativamente marcada por uma considerável descoordenação entre o planejamento e as ações militares concretas; 2. Uma relevante atenção ao perigo aéreo dos bombardeiros estratégicos e o efeito observado na Europa; logo, reservou-se atenção excessiva ao “perigo” aéreo, materializada nas ações da Defesa Passiva Antiaérea. 3. O descompasso de mobilização entre as armas, com excessiva ênfase no Exército e a sua função de unidade de formação de uma GU tanto na 7ª como na 10ª RM. A continuidade do texto será pautada na explanação dos pontos apontados anteriormente, procurando enfatizar como o Piauí foi envolvido no plano de defesa do TO-NE.

O complexo de defesa compreendia a subárea do sul atlântico, determinada pela conferência do Panamá em 1939. Criou-se aquilo que poderíamos definir como a linha de vanguarda, ou a “Zona de Guerra”, que abrangeu todo o pequeno litoral do Piauí, com Parnaíba (2) até a linha Teresina (1) –Altos–Alto Longá–Castelo do Piauí (BRASIL, 1942a). Neste interlúdio, agregava as cidades de Piri-piri (4), Piracuruca (3), Barras (6), Campo Maior, Batalha (5), União (8), Miguel Alves (7) e inúmeras vilas e povoados (Veja o mapa na figura 1). Ainda em 1942, o objetivo consistia na utilização de tropas móveis nas áreas relativas à Zona de Guerra para repelir os inimigos que estivessem dispostos a invadir o território pelo mar. Em hipótese alguma, o inimigo poderia estabelecer uma cabeça de ponte no litoral brasileiro.



Figura 1: “Mapa parcial do estado do Piauí”. Fonte: BRASIL. Mapa parcial do estado do Piauí, anexo à publicação número 33 da Inspetoria de Obras contra as Secas. 1914, Rio de Janeiro. loc. BR RJANRIO HQ.0.MAP:14. disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1428837&v_aba=1>. ¹⁴

Considerando a pequena extensão do litoral piauiense, julga-se que esta poderia ter sido a parte mais facilmente executável do plano de defesa, pois esta zona costeira possui menor dimensão se comparada com os outros estados, com 66 km. A julgar pelas condições concretas no litoral piauiense com uma pequena faixa, tanto de praia quanto de zona de guerra no interior, a situação poderia ser menos complicada. O plano de manobras, destinado às regiões militares do Nordeste (6^a, 7^a, 10^a e 11^a RM), deveria ser o primeiro passo para dirigir esforços no sentido de se precaver contra uma invasão com um rápido deslocamento de tropas, como, num caso mais específico, deveria operar um rápido deslocamento de tropas para a região de Luís Correa. No entanto, as coisas não aconteceram dessa forma.

A leitura da documentação mostra que as medidas se conduziram noutra via: concretamente, foram poucas medidas efetivas de defesa do litoral piauiense. Aqui esbarramos em duas condições objetivas, que podem ter ajudado nesta decisão: primeiramente, o Piauí não dispunha de um porto (atualmente, o porto ainda não existe); e a outra refere-se à ausência de tropas. Várias unidades foram reformuladas, criando-se unidades tanto de infantaria quanto de artilharia, mas nenhuma delas foi destinada ao Piauí. Estrategicamente, a área não deveria ficar sem proteção, já que a cidade de Parnaíba estava na Zona de Guerra do TO-NE. Segundo Manoel Thomaz Castelo Branco, ficou reservado à 10^a RM⁵ juntamente a 6.^a RM “o esforço da defesa na manutenção dos portos e bases de Fortaleza, Luís Correa⁶

(Amarração) e S. Luiz” (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 114).

Originalmente, a defesa ficaria a cargo de duas instituições militares: a Capitania dos Portos e o 25º BC. Sobre a Capitania, há um problema relacionado à informação sobre suas reais medidas para levar a cabo as tratativas do Plano de Defesa. As ações efetivas de vigilância, no caso piauiense, foram pouco documentadas e, por este motivo, muitas das informações contidas nessa pesquisa são pouco conclusivas sobre o seu papel na defesa do pequeno espaço do porto de Amarração. E tudo que sabemos com relação a informações mais específicas é que a unidade foi comandada durante toda a guerra pelo Capitão de Corveta Nelson Martins Desouzart. O que há de informação sobre esta unidade, diz respeito a poucas notícias veiculadas no *Diário Oficial do Piauí* (1944, p. 6), onde afirma-se que “[...] controle sobre a zona litorânea do estado, dividida em vários pontos de fiscalização, visando à imediata descoberta de qualquer atividade perniciosa à segurança da pátria”.

Segundo Clarice Helena Santiago Lira (2008), a mobilização para a Capitania dos Portos foi ínfima. Eles dispunham dos mesmos artifícios propagandísticos para “inflamar” os jovens, contudo não do mesmo espaço, se comparado ao Exército. Esse problema fica explícito, por exemplo, na Mobilização Geral decretada em 16 de novembro de 1942, pelo Decreto nº 10.451, na qual a Marinha não contou com muita propaganda, ao contrário do Exército. Há um pequeno intervalo de páginas para que aparecessem frases como “RESERVISTA! O Exército te espera de braços abertos” (DIÁRIO, OFICIAL, 1942; 1943, p. 8).

Somada aos fatores anteriores e à pouca informação sobre as ações efetivas da Capitania dos Portos, há a informação sobre a contribuição de guarnecimento desta área, que precisou da Força Policial

efetivamente. Sob comando do Interventor do Piauí Leônidas Melo, este braço militar do estado do Piauí foi uma alternativa para manter esta vigilância na cidade de Parnaíba, estabelecendo um dispositivo de defesa conjunto com a Capitania dos Portos. Segundo José Murilo de Carvalho (2019), as Forças Policiais em todo o Brasil se configuraram como “Exércitos Regionais”. A reestruturação das Forças Armadas com o Estado Novo imperou na transformação das FP em reservas do Exército, na medida para controlar esses “exércitos”. Desse modo, essa hipótese se reforça com o treinamento realizado pela tropa policial em 1942 nas dependências do 25º BC (PIAUI, 1942).

No plano, descrito por Paulo Queiroz Duarte, o 25º BC tinha uma função a cumprir no resguardo do litoral. No entanto, em nenhum momento, dentre as mensagens telegráficas ou de qualquer outra natureza nos *Boletins Internos* do 25º BC⁷, existem indícios da ida de tropas para Luís Correa. Há comunicações telegráficas com o comando da 7ª RM ou da 10ª RM com o Ministério da Guerra e outras instâncias sobre movimentação de tropas entre a região e até mesmo para outras regiões. Porém, não há, pelo menos durante os anos entre 1942 e 1945, menção alguma à movimentação de tropas de qualquer valor para Parnaíba e, consequentemente, para a defesa do litoral. É no mínimo curioso que, mesmo com toda a circunstância do perigo do mar, o que o desenrolar dos fatos transparecem é uma maior preocupação com a capital Teresina, se comparada ao porto de Amarração.

Aqui, a característica geográfica do Piauí adquire um certo destaque no TO NE. O seu caso no complexo de defesa é peculiar. Diferentemente das demais capitais da região, esse estado é o único ao qual a capital instala-se numa zona não litorânea.⁸ Teresina encontra-se con-

templada por dois rios, o Poti e o Parnaíba, mas está longe do mar. Acredito que a importância de Teresina, refletindo-se dentro de características estratégicas, oferecia a capacidade de acesso por rios, como também poderia adquirir significativa relevância no sentido de ser um ponto de ligação entre a área considerada do *front* interior, ou seja, a área mais ao sul do território piauiense, com o restante dos estados pertencentes à 10ª RM.

Vale a pena mencionar que houvera pouquíssima capacidade de comunicações pelo mar em virtude dos perigos que abundavam no Atlântico. A saída passou pela utilização da pequena malha viária, diga-se de passagem, como também das estradas de Ferro. Por isso, outra importância neste sentido é a capacidade de transporte de tropas, assim que fosse possível ou necessária a mobilização de determinadas tropas em lugares específicos ou nos bastiões de defesa justapostos ao longo da área litorânea.

A força do Exército deveria ser bem utilizada em todas as instâncias. Dentro da dinâmica de defesa do plano, prejudicou-se a mobilidade das tropas de infantaria e artilharia dentro do território e o 25º BC deveria cumprir esse papel. Essa guarnição, criada em 1918, atuou no período das duas guerras mundiais até a década de 1960, e foi a única unidade existente no território piauiense. Esta foi direcionada para o emprego dos soldados no combate em terra, o que a torna uma guarnição de infantaria.

Abordar o 25º BC nesta parte, permite-nos compreendê-lo em duas dimensões: a primeira, consiste em entender a função da tropa dentro do plano; a segunda respectivamente, consiste em apresentar como os fatos aconteceram concretamente. A elaboração do plano, e todo o planejamento do ano de 1942, estabeleceu que a tropa ainda sob jugo da 7ª RM obtivesse ampla mobilidade no território piauiense,

inclusive para ajudar a Capitania dos Portos com o patrulhamento do litoral. Ela faria parte de uma Grande Unidade, cujo termo, em especial sob a sigla "GU", servia para designar uma unidade maior que uma brigada de infantaria. Em 1942, o 25º BC fez parte da 7ª DI, a divisão de jurisdição direta da 7ª RM.

Contudo, em setembro de 1942, a pedido do General Mascarenhas de Moraes, o Piauí, o Ceará e o Maranhão passam à condição de 10ª RM. Ele justifica isso pela dimensão e quantidade de estados dentro da 7ª, e como isso poderia ser um fator oneroso para o comando. Desse modo, ao passar para a 10ª, que ficaria sob comando do General Francisco Gil Castello Branco, o 25º BC ingressa a outra unidade, sendo agora a 3ª Brigada de Infantaria. Esta seria composta pelas seguintes unidades:

23º e 29º BC de Fortaleza, 25º de Teresina, 24º de São Luís, com o II/5º RADC (II grupo do 5º Regimento de Artilharia Divisionária de Costa). Até seu estabelecimento em Fortaleza, a unidade chega a ter vários comandantes. O que mais permaneceu lá foi o Ten. Cel. Alexandre José Chaves (DUARTE, 1971; PIAUÍ, 1943).

O plano operava com a condição de movimentação dessas tropas em ordem unida, como também partia do princípio da ampla mobilidade pelo território da região. O problema é que isso não aconteceu da forma como estava planejado, pois a consolidação do plano barrou em vários problemas de ordem estrutural, como a própria mobilidade, a quantidade de tropas e as condições materiais do Exército, pelo menos da tropa na 10ª RM.

O 25º BC foi "alimentado" por homens de todo o Piauí e das imediações do Maranhão, principalmente pela antiga cidade

de Flores (atualmente, Timon) no Maranhão. Grande parte desses soldados era analfabeta, vindos do interior.⁹ Durante final de 1941, setembro de 1942 e 1943 houve tentativas de convocação de homens para preencher claros no Exército. Uma tropa como o 25º BC deveria ter em média 600 a 700 homens nas suas dependências. O pico deste número foi registrado em 1942, mas no restante dos anos o número foi baixo: em 1943, chegou a ter 400 homens e, em 1944-45, não superou 500. Isto em virtude dos vários remanejamentos e/ou criação de outras unidades pelo Nordeste (BI 25º BC, 1942; 1943; 1944; 1945).

Durante todos esses anos sob comando dessas GU's, a tropa do 25º BC em nenhum momento fez um adestramento de ordem unida. Havia as visitas dos oficiais comandantes, como estabelecido em lei, já que a sua função era manter o moral da tropa e verificar informações precisas sobre suas potencialidades e necessidades. Em grande parte, os exercícios de tiro e de treinamento destas tropas foram todos em Teresina, mas todos sob comando dos comandantes do Btl. O treinamento com tiro deveria ser realizado em zonas mais afastadas do centro habitacional, o que não seria difícil já que Teresina, no limiar da década de 1940, ainda era uma cidade de núcleo pequeno.

Como todas as unidades no Nordeste, lidou com poucos recursos. Este problema somado à necessidade de tornar a tropa profissional, se revelou como uma das grandes dificuldades dos comandantes do 25º BC. Houve a criação da Escola Regimental para ensinar os soldados analfabetos a ler e a escrever, e houve também o fornecimento de vários cursos como o de motomecanização, de telegrafia, entre outros, que exigiam maiores habilidades. No entanto, estes cursos não contavam com a ampla adesão das praças, e a unidade estava longe de se tornar completamente

auto mecanizada. Além de haver poucas praças que soubessem dirigir, também eram poucos os caminhões disponíveis, e carros só eram utilizados por oficiais. Na grande maioria das vezes, o transporte era feito por muares.

Isto nos dá plenas mostras que o esforço das autoridades políticas e militares foi amplo no sentido de mobilizar homens e material. Isto, de certo modo, foi um fator que ajudou na maior atuação do 25º BC na área de Teresina. O que nos leva a crer que, dentro de todo o plano de organização, mesmo que fosse considerada a importância militar do território piauiense, não houve medidas tão intensas, se comparadas com a Paraíba, cujas defesas foram pensadas para cada território, cada bairro. Aqui, a grande maioria da tropa permaneceu restrita ao quartel. Sem nenhuma atividade ampla como nos agitados tempos anteriores a 1937. A função do Exército permaneceu restrita a Teresina.

O terceiro e último ponto, diz respeito à defesa aérea. A Mobilização para a Defesa Passiva conseguiu ser mais intensa, se comparada à mobilização da Capitania dos Portos e ao esforço de guerra contra o perigo marítimo. Em grande parte, os jornais e alguns documentos militares nos permitem chegar à conclusão que houve mais preocupação com a possibilidade de bombardeios, ou de uma invasão pelo ar. Na estrutura de organização, a mobilização para a Defesa Passiva Antiaérea, de certa maneira, qualifica-se positivamente, isto é, quando falamos a respeito da propaganda. No entanto, quando se traz para o plano da experiência, a coisa acontece de outro modo.

Em 1º de janeiro de 1942, em relatório secreto expedido ao Conselho de Segurança Nacional, o Coronel da reserva Ozorimbo Martins Pereira demonstrava preocupação com a questão da expansão da guerra europeia para os demais continen-

tes. Nele, Ozorimbo revela conhecimento acerca da crescente capacidade militar do inimigo, nas palavras dele, com “surpreendentes desenvolvimentos técnicos tanto navais como aeronáuticos”. Logo, a ameaça de invasão do litoral brasileiro era real, mas em igual ou superior proporção, existia uma preocupação com os bombardeiros aéreos. Expede-se a necessidade de preparar-se para lidar com o problema possível que representaria a defesa aérea. A Defesa Passiva piauiense foi uma das ações militares de defesa com ampla participação de civis. Como fica explícito nesta atribuição da sua importância:

Todos os brasileiros terão o nobre dever a cumprir na Defesa Passiva Anti-aérea do território nacional, quer com elementos dos Serviços Públicos criados por Lei, quer nos serviços privados, constitui dos membros de cada família ou pelo menos moradores das habitações particulares ou coletivas. Este serviço tem por objetivo a execução de medidas preventivas e defensivas, visando reduzir ao mínimo as ações a arma inimiga, limitando os danos causados pelos bombardeios, prestando assistência material e moral às vítimas dos mesmos, tomando medidas de ordem capazes de evitar funestas consequências do pânico e cooperando, assim, para que o moral das populações se mantenha elevado (GAZETA, 1943, p. 3).

Tão logo era anunciada a mobilização pelo Coronel Ozorimbo, sob premente importância de guarnecer-se contra o perigo aéreo, houve, na Faculdade de Direito do Piauí, as primeiras tratativas para a criação do curso na capital piauiense em 28 de outubro de 1942 (GAZETA, 1942, p. 2). Todos estavam atentos ao desenrolar da guerra na Europa e os jornais davam conta de informar sobre cada movimentação das tropas no *front*, inclusive, sobre a *blitz*

da *Luftwaffe* à Inglaterra. Diante do quadro de alerta e das movimentações das autoridades militares brasileiras, houve essa iniciativa na qual estabeleceu-se com urgência a necessidade de preparo da população piauiense para as ações militares. Contudo, a efetivação de medidas práticas só se deu em 16 de março de 1943, quando se instalou no Departamento de Municipalidades o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAA), tendo o Dr. Waldir Gonçalves como seu diretor. Mesmo que a propaganda e os alertas ainda continuassem vivamente.

Sob iniciativa do Dr. Waldir, deram-se os primeiros passos para a construção de ações em torno da consolidação do SDPAA. Ele visitou autarquias, instituições educacionais, foi ao rádio, encontrou-se com autoridades, buscou voluntários. Aos que se ofereciam, realizaram a função de alertadores para os civis, ou seja, de inspecionar e instruí-los a agir corretamente nas demonstrações e treinamentos que aconteceriam na cidade de Teresina. Cada uma das movimentações do Dr. Waldir era descrita e informada no *Gazeta*. Além de informar, o jornal também assumiu o papel de convocar a população para esse momento com palavras de ordem exortando a pátria e a importância desta ação:

Brasileiros! A qualidade de membros do Serviço de Defesa Passiva Anti-aérea vos equipara aos soldados do Brasil. Procurando instruir-vos sobre defesa passiva e cumprindo a risca as ordens e prescrições emanadas do referido Serviço, trabalhareis, de modo eficiente e decisivo, pela vossa proteção individual, pela proteção coletiva do próximo e pela defesa da Pátria. (grifo do autor) (GAZETA, 1943, p. 4)

Contudo, existem alguns problemas que merecem a devida contextualização.

Os Serviços de Defesa Passiva contaram com auxílio da imprensa para mobilização, mas isso não operou de forma a congrega todos os piauienses na atividade. Teresina era uma cidade de pouco mais de 35 mil habitantes, com uma população bem rarefeita em termos geográficos (NASCIMENTO, 2014), sendo uma pequena parte situada no centro da capital. Nessa área localizava-se (inclusive até os dias atuais) o centro administrativo e a máquina pública, além do mercado. Eram poucos os que tinham contato com o jornal porque a tiragem não chegava a duas mil cópias e muitos dos que liam os periódicos da capital moravam no centro. Geralmente, eram eles que levavam a cabo as atividades do SDPAA e, muitas vezes, a medida de mobilização contou com um certo desdém em relação à população, como pôde descrever Carlos Eugênio Porto, afirmando que uma vez “um chefe de polícia meio para frente” tentou demonstrar que o “Piauí também estava na guerra” por meio da explosão de fogos de artifício (PORTO, 1974, p. 11). Clarice Helena Santiago Lira (2008) foi uma das quais mais questionou até que ponto ela era algo “popular” ou somente da esfera “político-militar” para baixo.

A análise das condições históricas também nos leva a entender que houve uma parte da população que julgava uma pretensa “teatralidade” nestas ações, ou seja, a seriedade do “exercício do alarme” que veio a acontecer em 16 de julho de 1943, chegou a ser nomeada de “festinha do alarme”. Isto gerou irritação nas autoridades e até mesmo no jornal que repudiava este comportamento. Mas, ao mesmo tempo, ia na via contrária do sucesso anunciado pelos jornais a respeito dos exercícios e chegando a receber um elogio do próprio Coronel Ozorimbo, reproduzido na íntegra no jornal *Gazeta* (1943). Por mais que a ameaça aérea ti-

vesse perdido seu caráter de urgência, especialmente após 1943, a marítima ainda continuava a gerar um tremendo ônus para a Marinha Mercante brasileira.

A PARAÍBA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ESTRATÉGIA, DEFESA E MOBILIZAÇÃO

E em relação à Paraíba? Em 1940, este estado possuía uma população estimada em 1.400.000 habitantes (BRASIL, 1940), sendo a população da capital, João Pessoa, de 110.000. Próximos a ela, estavam a vila e o porto de Cabedelo, com população estimada em 5.000. (*Revista Portos e Navegação*, 1940b). Construído em 1937, o novo porto da Paraíba possuía ligação rodoviária e ferroviária com a capital e com as capitais dos estados fronteiriços, Rio Grande do Norte e Pernambuco, e era um dos principais polos de exportação de produtos como algodão, mamonas, abacaxis, tabaco, entre outros. Estes gêneros serviam ao mercado nacional e eram exportados da mesma maneira para a Inglaterra, Estados Unidos e, até o final de 1939, ainda há registros de exportações de algodão paraibano para o porto de *Bremen*¹⁰, na Alemanha. Esta última chegou inclusive a ser o maior destino do algodão exportado pela Paraíba, no entanto, o aumento das hostilidades na Europa fez com que este mercado se tornasse inacessível. Nos dois anos seguintes, há uma diminuição nos fluxos de navios para Cabedelo e a conseqüente baixa nos preços do algodão. Em compensação, o abastecimento do mercado interno estava praticamente garantido, como atestado nesta reportagem do *Jornal do Brasil*, datada do final de outubro de 1939:

Paraíba - João Pessoa (24) - (H Agencia francesa) - A Paraíba que possui extensas carnaúbas no vale do Rio do Peixe e no alto sertão teve nestes últimos cinco

anos um aumento ascendente de sua produção que atingiu a mais de duzentas toneladas de cêra. A safra dos abacaxis conseguiu mais dois mercados de importância, o de **Natal** e o de **Parnaíba no Piauí**. Está assentado o fornecimento de 5 mil frutos semanais á capital potiguar (JORNAL DO BRASIL, 1939, p. 9) (grifos nossos).

A partir de então, com os mercados alemão e inglês indisponíveis, toda a navegação em direção a Cabedelo passou a ser de cabotagem (nacional) e internacional, direcionada quase que exclusivamente para os países platinos e aos Estados Unidos, seguindo a tendência das exportações nacionais nos anos seguintes. Ou seja, as consequências da Batalha do Atlântico já começavam a atingir indiretamente os paraibanos. Esta situação irá agravar-se na medida em que a navegação mercante nacional começa a ser vítima das ações da *Kriegsmarine*¹¹. Encouraçados de Bolso, a exemplo do *Graff Spee*, os corsários de superfície e em especial os *U-Boats* alemães, agora agiam em quase todo o Atlântico Norte e Central, em especial após o ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro de 1941.

A entrada dos Estados Unidos na guerra modifica por completo a posição do Brasil no cenário internacional. A crescente tendência de alinhamento com os norte-americanos é externada aqui através da política local. O interventor federal Ruy Carneiro, que assumiu a liderança da Paraíba em 1940, era um político em prol do alinhamento com os estadunidenses e fez uso do órgão oficial do estado *A União* com a função de propagar notícias sobre o conflito mundial, bem como o de convocar a população para apoiar a entrada do Brasil na guerra, o processo de preparação militar, romper com os ideais do Eixo e alinhar-se com as causas dos países aliados (SILVA, 2019, p. 9). Dos 3.306 km

de faixa litorânea, quase 120 deles correspondem ao litoral paraibano, que se estende da Barra de Camaratuba (fronteira com o Rio Grande do Norte) até Pitimbu (fronteira com Pernambuco ao sul), a Paraíba era um espaço desguarnecido de grande contingente militar e possuía até então pouca ou quase nenhuma mobilização. Esta situação começou, no entanto, a modificar-se. Os relatórios do Ministério da Guerra revelam quais eram as principais preocupações dos líderes militares brasileiros. Ainda em 1941, um ano antes do início das hostilidades, dizia o relatório que segue:

I - O Sr. Ministro da Guerra em expediente ao Sr. Presidente da República, considerando a grave situação internacional que vem se refletindo sobre nossos problemas de neutralidade e segurança, encarece a importância e a urgência do equipamento de nossa **defesa do Nordeste** e da Amazônia. II - Informou ainda que o Ministério da Guerra vem tomando providências com o objetivo de ir reforçando em meios e pessoal as unidades sediadas na **7ª Região Militar**, bem como transferido para lá, de outros pontos do país, algumas **unidades de artilharia e infantaria**. (BRASIL, 1941, p. 67) (grifos nossos).

As informações acima, datadas de 27 de março de 1941, dão conta dos primeiros planos de mobilização para a defesa do que viria a ser o Teatro de Operações do Nordeste. Em 29 de julho de 1941, documentos oriundos do Conselho de Segurança Nacional, em diretrizes aos ministérios, reafirmavam a preocupação com a difusão do conflito. Tendo a guerra agora se espalhado para a Ásia e a África, havendo veementes indícios de sua propagação aos demais continentes, além da “necessidade da adoção de atos e medidas excepcionais de caráter interno e de

natureza militar, compatíveis com a anormalidade internacional e a ordem econômica brasileira...” (BRASIL, 1941, p. 156). Àquela altura, considerava-se que uma ação alemã no oeste africano e a possível ocupação das Ilhas Cabo Verde, levaria a um posterior ataque pelo ar e pelo mar contra Natal, quase que imediatamente (DUARTE, 1971, p. 83).

Dentro da lógica estratégica pensada à época, a bibliografia e os documentos demonstram que a Paraíba tinha importância não apenas no fornecimento de víveres, mas como elo de contato rodoviário e ferroviário entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco, deslocando homens e materiais necessários entre as bases de Natal e Recife. No plano do Teatro de Operações, a Paraíba se inseria dentro do setor Norte junto com o estado potiguar, tendo sido sua defesa entregue à 14ª D.I, com sede em João Pessoa. Esta unidade recebeu ordem de transferência a partir do Decreto-Lei nº 4.708, de 31 de outubro de 1942, e estabeleceu-se no quartel do 15º R.I, localizado no bairro de Cruz das Armas. Depois, a sede do comando transferiu-se para o centro de João Pessoa em prédio localizado na praça 1817, nº 81, assumindo mais tarde seu comando o General Bonerges Lopes de Souza (DUARTE, 1971, p. 237). Entre as obrigações estabelecidas, revela Duarte, a Ordem de Defesa nº 1 para a defesa do litoral dos estados da Paraíba e João Pessoa, que foi expedida em outubro de 1942, mostra que entre as obrigações da 14ª, estavam:

[...] **exercer vigilância ao longo do litoral**; organizar **resistência na faixa litorânea**, com esforço sobre o porto de Cabedelo e praia de Tambaú; c) organizar o **maciço de Mandacaru - Boi Só - Bela Vista, para cobrir João Pessoa e barrar ao inimigo a posse dessa cidade**; Item V – 2º

assegurar a **defesa do porto de Cabedelo, a todo o custo**; 3º organizar uma segunda resistência na transversal Jacaré - Bessa, visando barrar a infiltração inimiga pelos **eixos da autovia e via férrea, que se dirigem para João Pessoa**; [...] (DUARTE, 1971, p. 240-241) (grifos nossos).

Há aqui alguns pontos que podemos destacar como sendo prioritários para uma efetiva resposta à presença do inimigo, que seria efetuada pelo 1º e 2º batalhões: em primeiro lugar, a vigilância do litoral, porto e praias. O segundo é a constante preocupação com o porto de Cabedelo, que deveria ser “assegurado a todo o custo”, dando a entender sua importância estratégica da vila neste esquema estratégico. Um outro aspecto fala acerca dos “eixos de autovia e via férrea”. As redes de transporte eram fundamentais para o deslocamento da defesa e suprimentos e a conexão Cabedelo-João Pessoa se fazia por três vias: pelo estuário do Rio Paraíba, por veículos motorizados e por trem. Era preciso então assegurá-los. O plano estratégico da defesa acaba mencionando também soluções para caso a primeira linha defensiva fosse rompida, quando estabelece obrigações para as unidades de reserva.

Estas deveriam ocupar o maciço “Mandacaru – Boi Só – Bela-Vista”. Este espaço localiza-se em uma área alta da cidade e, nos anos 1940, não era urbanizada, sendo local de charcos, mata fechada e onde encontrava-se a fazenda “Boi-Só”. No entanto, era passagem de via férrea de bondes e estrada de terra até a povoação de pescadores da praia de Tambaú e poderia ser usada pelo inimigo como acesso para chegar a João Pessoa. Esta tarefa caberia ao 3º batalhão (reserva). No mapa abaixo, o leitor terá ideia das localidades e distância entre o porto em Cabedelo na foz do Rio Paraíba e a capital, João Pessoa.

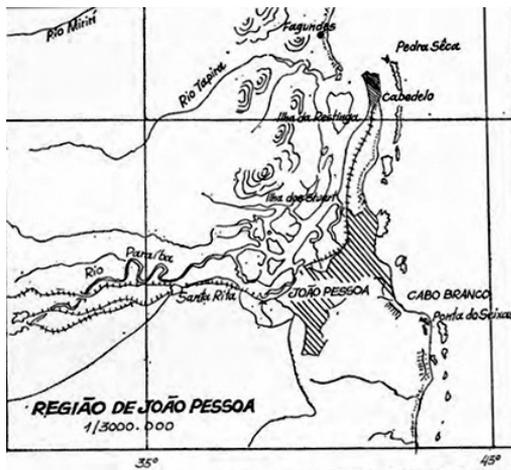


Figura 2: "Litoral da Paraíba, imediações do porto de Cabedelo e João Pessoa." Fonte: DUARTE, Paulo Queiroz. *O Nordeste na II Guerra Mundial. Antecedentes e ocupação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1971.

Logo, esta era a principal unidade militar na área responsável pela resposta imediata ao inimigo. Em caso de ataque no litoral paraibano, além do próprio estuário do Rio Paraíba e o porto de Cabedelo, havia outra localidade que era pensada pela Marinha como possível local de desembarque de grandes forças inimigas: a Baía da Traição, no litoral norte do estado. Afora estas duas localidades, todos os demais estavam suscetíveis a penetração de elementos de espionagem e sabotagem (DUARTE, 1971, p. 124). Este relatório foi feito na época pelo Capitão de Fragata Alfredo Salomé Silva, Capitão dos Portos daquele estado. Com efeito, houve uma mobilização da população civil praieira e efetiva participação na vigilância do litoral, em especial dos pescadores. "Foram esses caboclos nordestinos afeitos à vida do mar que auxiliaram grandemente o serviço de vigilância do litoral no decurso de toda a II Guerra Mundial" (DUARTE, 1971, p. 103).

Desde os anos 1920, os pescadores estavam organizados em zonas sob proteção da Marinha do Brasil, sendo, portanto, passíveis de serem arrega-

dos em caso de extrema necessidade de defesa da pátria. No litoral paraibano, as colônias de pescadores contando a partir da Z-1 na Baía da Traição, tinham ordens expressas de vigilância e mobilização. Em 20 de janeiro de 1943, a 14ª D.I estabeleceu instruções específicas para organizá-los para a defesa, chamados de "batalhões de guerrilheiros". Além da Baía da Traição, as colônias Z-2 de Cabedelo, Z-3 em Tambaú, Z-4 entre Jacumã e Pitimbu, e Z-6 em Barreiras (atual Bayeux). Juntas, estas colônias possuíam quase 700 homens registrados. Para que tal mobilização tivesse o efeito desejado, importante destacar que houve entendimentos entre o Exército, na pessoa do General Newton Andrade Cavalcanti, Comandante da 7ª RM, a Marinha, os Capitães dos Portos e o QG do Comando Naval do Nordeste sediado em Recife. Com efeito, esta era uma estratégia empregada a partir de coordenações entre as duas forças.

Das instruções dadas, destacamos as que foram dadas pelos Capitães dos Portos da Paraíba aos faroleiros e capatazes, no sentido de a vigilância do mar, a constituição dos pescadores em batalhões de guerrilheiros, com formação de pelotões e sob comando direto do Capitão dos Portos nas zonas onde não houvesse nas proximidades tropas do exércitos destacadas. O autor também destaca que os "batalhões de guerrilheiros" deveriam receber noções de aproveitamento do terreno, prática de tiro de fuzil e treinamento contra sabotadores (DUARTE, 1971, p. 272). O autor afirma que, apenas no litoral paraibano, a soma da população total residente na zona litorânea entre os homens disponíveis para a vigilância e a defesa foi de 56.372 homens arrega-

além dos pescadores. Acreditamos serem pequenos agricultores e lavradores, ribeirinhos, roceiros, coletores de crustáceos, barqueiros, operários do porto, entre outras tantas categorias de trabalhadores.

Portanto, na questão de movimentação de forças para efetiva defesa do litoral em caso de incursões militares do Eixo, tanto o Piauí (25º BC) como a Paraíba (14º DI) constituíram seus respectivos efetivos militares na defesa prioritária das áreas urbanizadas e densamente povoadas nos arredores de suas capitais, tendo como diferença espacial a localidade e a prioridade defensiva: os efetivos para a defesa de João Pessoa estavam mais próximos da costa enquanto no caso de Teresina encontravam-se um pouco mais no interior. Ao contrário do litoral piauiense, no litoral paraibano materializou-se a estratégia de vigilância efetiva e defesa com recrutamento e treinamento da população civil. No caso do Piauí, esta tarefa ficou a cargo de efetivos policiais para complementação do efetivo de homens necessários em caso de incursão na área litorânea auxiliando o pessoal do 25º BC.

E com relação à defesa aérea? Neste caso, podemos dizer que as movimentações se caracterizaram de maneira bem mais intensas no Piauí se comparado ao perigo que beiravam os combates travados na Batalha do Atlântico. Coube ao Ministério da Aeronáutica o parecer no sentido de organizar o “Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea”. Em 1º de janeiro de 1942, em relatório secreto expedido ao Conselho de Segurança Nacional, o Coronel da reserva Ozorimbo Martins Pereira demonstrava preocupação com a questão da expansão da guerra europeia para os demais continentes. Nele, Ozorimbo revela conhecimento acerca da crescente capacidade militar do inimigo, nas palavras dele, com “surpreendentes desenvolvimentos técnicos tanto navais

como aeronáuticos”. Logo, a ameaça de invasão do litoral brasileiro era real e sua preocupação com os bombardeiros aéreos era grande.

Todas as nações cuidam, atualmente, não apenas da **defesa ativa** do seu território e da sua soberania, mas, também, da **defesa passiva** das suas populações e dos seus bens moraes e materiais. Aquelas que disso se descuidaram, sentiram já os tremendos efeitos moraes e materiais decorrentes dos **bombardamentos aéreos**. É absolutamente necessário que o mesmo não aconteça aos brasileiros; é sempre melhor prevenir do que remediar [...] (grifos do autor). (BRASIL, 1942a, p. 60-61).

Observamos aqui as preocupações do Coronel Ozorimbo com a questão da preparação para uma eventual ofensiva aérea do eixo sobre as cidades brasileiras. Ainda que naquela época a *Luftwaffe* ou a *Regia Aeronautica*¹² não possuíssem bombardeiros de longo alcance com capacidade suficiente para causar vasta destruição ao território brasileiro, a ameaça era levada a sério pelos militares, tendo em vista a recente destruição das cidades europeias pela *blitzkrieg* germânica e com desenvolvimento tecnológico militar cada vez mais em voga, esta situação não tardaria a chegar no Brasil. Sendo assim, foram pensadas as primeiras medidas preventivas visando organizar a Defesa Passiva Antiaérea das cidades litorâneas brasileiras, com enfoque especial às capitais dos estados, caso de João Pessoa e de Teresina. No documento seguinte, o Coronel Ozorimbo redigiu uma Memória a ser apresentada ao CSN para a elaboração de um Plano de Defesa Passiva a ser constituído na Capital Federal e nas demais cidades, povoações e habitações rurais do Brasil. Neste documento, além das ameaças aéreas, o coronel expressa preocu-

pação com ofensivas vindas de elementos navais inimigos. Segue o relatório:

[...] a atuação agressiva das potências do Eixo, parece, só poderá ser realizada: a) por meio de **ataques aéreos** – vindos, quer do lado w., levados a efeito: - seja por aeronaves oriundas de navios porta-aviões [...] – seja por aeronaves partidas de bases previamente conquistadas – quer no próprio território continental sulamericano ou, nas ilhas dele próximas (Fernando de Noronha), [...] quer na orla ocidental do continente africano (Dakar). Se bem que não pareça provável contudo, tal forma de agressão não é impossível. [...] (Grifos do autor) (BRASIL, 1942a, p. 63).

O autor demonstra aqui que, apesar da pouca probabilidade de que tais ações se efetivassem, não as considerava impossíveis. É preciso lembrar que, até então, o Brasil ainda não estava efetivamente em guerra com as potências do Eixo no Atlântico (Alemanha e Itália). No entanto, preocupava-se com a defesa das ilhas, que poderiam ser ocupadas para bases aéreas inimigas, ideais para seus aviões de médio alcance. A menção aos porta-aviões como ameaça pode estar ligado ao receio de uma ofensiva deste tipo após o ataque orquestrado pela Marinha Imperial Japonesa em Pearl Harbor em dezembro de 1941, apenas um mês antes da escrita deste documento. Apesar da *Kriegsmarine* e da *Regia Marina*¹³ não terem constituído porta-aviões em suas Forças Navais durante a guerra, a ameaça deste tipo de embarcação no litoral brasileiro não estava descartada. Neste mesmo documento, no item d), o Coronel Ozorimbo destacava a ameaça do litoral brasileiro:

[...] por meio de **ataques navaes** contra nossos navios ou contra nossos portos desarmados le-

vados a efeito por intermédio de **submarinos**. O encargo de **evitar** ou **revidar** quaisquer dessas possíveis formas de agressão contra nossa soberania, cabe à **defesa ativa** da competência das Forças Armadas Nacionais (Exército – Marinha e Aeronáutica). (grifos do autor) (BRASIL, 1942a, pp. 63-64).

Aqui, ele externa sua principal preocupação em relação ao mar: os *U-Boats* que àquela altura já estavam se organizando para a ofensiva do litoral da América do Norte. A operação *Paukenschlag* (em português, “Rufar dos tambores”) seria lançada naquele mesmo mês pelo Almirante alemão Karl Dönitz contra a navegação mercante na costa leste dos Estados Unidos e era um prenúncio do que ocorreria meses depois no litoral brasileiro. Portanto, era fundamental diante destas ameaças que a Defesa Passiva Antiaérea fosse organizada. Nas palavras do próprio Ozorimbo, uma questão de “necessidade e oportunidade”. Com efeito, esta estratégia tomou forma nos primeiros meses de 1942, e já, nos meses de junho e julho daquele ano, as primeiras medidas estavam sendo organizadas nas capitais litorâneas brasileiras.

Em João Pessoa, o jornal *A União* publicava as instruções necessárias dadas aos civis e demais órgãos que seriam necessárias à defesa da capital: corpo de bombeiros, corpos médicos e de enfermagem, a polícia militar da Paraíba e das companhias de luz elétrica, fornecimento de gás e de difusão de sinal de rádio receberam instruções de como proceder em caso de ataque inimigo. Os exercícios da defesa passiva antiaérea envolviam simulações de ataques de bombardeiros. Ao primeiro sinal das sirenes, assim deveriam proceder:

Defesa Passiva Anti-Aérea de João Pessoa – Bombeiros – Distribuídos em diversos postos, permanecerão prontos para partir

imediatamente para locais sinistrados [...] Serviço de Luz e Força Elétricas – Ao sinal de alarme deverá ser cortada a luz das ruas [...] Serviço telefônico – Turmas especializadas deverão estar prontas para restabelecerem o mais rapidamente possível as linhas interrompidas [...] Polícia militar – Manterá vários contingentes em alerta, prontos a partirem rapidamente para os locais sinistrados com o objetivo do seu isolamento e auxílio na remoção dos acidentados [...] Estações de rádios – Durante o alarme aéreo todas as estações de rádio cessarão as irradiações [...] (A UNIÃO, 1942d, p. 5).

Ao mesmo tempo, estavam de prontidão as equipes de serviço médico e enfermagem de emergência. O curso de enfermagem de emergência realizado em João Pessoa foi organizado pela Cruz Vermelha em parceria com a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba e com o Corpo de Saúde do 15º R.I, com grande participação feminina, tendo suas aulas ocorrido no Hospital de Pronto Socorro da capital (HPS) e no Hospital Santa Isabel. Das candidatas que se inscreveram no curso, após exames eliminatórios, 200 foram aprovadas e receberam diplomas de Enfermeiras de Emergência (A UNIÃO, 1942d, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de analisar a função de cada um dos estados dentro de um mesmo Teatro de Operações, podemos perceber uma discrepância no que diz respeito ao que foi planejado e a sua consonante execução. O que podemos auferir deste estudo diz respeito à forma como procederam as prerrogativas de preparação da defesa; o quanto a parte ocidental do Nordeste, em especial o estado da Paraíba, adquiriu uma importância tática e estratégica. Por outro lado, vislumbramos o Piauí e as deficiências que caracterizaram a eficiência de uma defesa que pouco se voltou para a defesa litorânea, havendo maior ênfase na defesa passiva antiaérea concentrada na capital teresinense.

Isso não significa que não tenha havido ações efetivas, mas elas se deram com muita dificuldade se comparadas à Paraíba, com medidas efetivas na organização do 14º DI, a atuação da Capitania dos Portos para arregimentar a população litorânea com o intuito de vigiar e defender a costa paraibana. Notadamente, a defesa do litoral piauiense não aconteceu da mesma forma. Isto é, dadas as necessidades de transporte de tropas e outras prioridades de defesa, o próprio 25º BC não foi capaz de atuar diretamente. Mas, de todo modo, dentro das experiências históricas aqui analisadas, o que podemos auferir de positivo, diz respeito à necessidade de se compreender um pouco mais sobre o papel estratégico e tático do Brasil na guerra. Afinal, conhecer a história militar é também um exercício de conhecimento da matéria fundamental da sua existência, o combate.

REFERÊNCIAS

25º BATALHÃO DE CAÇADORES. *Boletins Internos*. 1942-1945. Teresina, Arquivo do 25º BC.

BONALUME NETO, Ricardo. *Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate 1942 -1945*. Rio de Janeiro em combate 1942 -1945. es anos 20. iro: Expressão e Cultura, 1995.

BRASIL. *Cópias de Offícios Sigilosos*. 1941, Rio de Janeiro. loc. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.629. disponível em: < http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1124535&v_aba=1>.

BRASIL. *Cópias de Ofícios e Informações*. 1942a, Rio de Janeiro. loc. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.630. disponível em: < http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1124541&v_aba=1>.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil*. 1940, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t2_mg.pdf.

_____. *Diário de Pernambuco*. 1939. Recife, Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=35573.

_____. *Gazeta*. 1942b-1944, Teresina, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

_____. *Jornal do Brasil*. 1939. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=96798.

_____. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Eurico Gaspar Dutra Ministro de Estado da Guerra*. Rio de Janeiro. Imprensa Militar. 1940a. 199p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/720950/4249>. Acessado em: 10 de maio de 2016.

_____. *Revista Portos e Navegação*. 1940b. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1472127&v_aba=1.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Ed. atualizada e revisada. São Paulo: Todavia, 2019.

DANTAS, Wanderson Ramonn Pimentel. *“Piauiense, sentido! A voz da pátria se fez ouvir!”: adestramento e mobilização de soldados para o 25º Batalhão de Caçadores durante a Segunda Guerra Mundial*. Monografia. 91p. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

DUARTE, Paulo Queiroz. *O Nordeste na II Guerra Mundial*. Antecedentes e ocupação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1971.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LIRA, Clarice Helena Santiago. *Piauí em tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB*. Dissertação. 160p. Teresina. UFPI, 2008.

MORAIS, João Batista Mascarenhas de. *Memórias*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

PARAÍBA. *A União*. 1942d, João Pessoa. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1940/1942>.

PIAUI. *Diário Oficial do Estado do Piauí*. 1942-1945, Teresina, Arquivo Público do Piauí.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

SILVA, Daviana Granjeiro da. A Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945) e o patriotismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial. In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Recife/PE, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565310550_ARQUIVO_ArtigoCompleto.pdf.

NOTAS

¹ A experiência das guerras do século XX, isto é, com a Primeira Guerra Mundial, deu ensejo ao que categoricamente chamamos de Guerra Total. Para Francisco César Alves Ferraz (2005, pp. 20-21), a guerra foi sentida pelos brasileiros de dois modos: A – a primeira pela necessidade do Estado Novo de constantemente induzir os trabalhadores a produzirem mais para favorecer positivamente a guerra da produção. Neste sentido, eles reforçavam que essa era uma tarefa do brasileiro para ganhar a guerra; B – através da falta de produtos devido à especulação.

² Termo usado para designar os submarinos alemães. Origina-se a partir da palavra alemã *Unterseeboot*, que significa, literalmente, submarino.

³ Força Aérea Alemã.

⁴ No entanto, neste ponto, encontramos uma discrepância. Existe uma contradição entre o que se relata no despacho ministerial direcionado a Getúlio Vargas e a explicação de Manoel Thomaz Castello Branco, para quem Leitão de Carvalho foi substituído por outro general, Meira Vasconcelos. Mas, os indícios apontam objetivamente para a liderança do chefe da RM na organização e estruturação do plano de defesa (BRASIL, 1942a; CASTELLO BRANCO, 1960).

⁵ A bifurcação da 7ª Região foi uma ideia do General Mascarenhas de Moraes em relatório ao Ministério da Guerra. Paulo Queiroz Duarte descreve as análises destinadas desse general, a explicar o porquê da necessidade de divisão. Havia um território muito amplo para responsabilidade de um comando só.

⁶ A cidade de Luís Correa é contemporânea. Politicamente, ela ainda estava ligada a mesorregião da cidade de Parnaíba.

⁷ Esta documentação é o livro de registros do Batalhão. Descrevia-se desde os soldados da guarda do dia, o tenente do dia (responsável por guardar entradas e saídas no quartel), a quantidade de soldados arranchados nas dependências ou fora dela, informações sobre o

comportamento dos soldados, punições, e várias informações. Ao final do dia, os boletins deveriam ser encaminhados ao comandante do batalhão ou ao subcomandante para informar-se sobre as ações do dia. Para mais informações: (DANTAS, 2018).

⁸ E as justificativas são político-econômicas: vale a pena dizer que a capital anterior era Oeiras e, ainda durante o Império, foi mudada. O idealizador e realizador desta medida política foi o presidente da Província, conselheiro Antônio Saraiva em 1852. A cidade foi erigida próximo de um vilarejo, ao tempo chamado Vila Velha do Poti. Próximo dela, Saraiva trouxe (literalmente) toda a máquina burocrática para se estabelecer onde hoje é o centro da “nova” vila do Poti. Ela viria a ser chamada de Therezina, em homenagem a Imperatriz Teresa Cristina.

⁹ A instituição responsável por arremeter estes soldados era a 26ª Circunscrição de Recrutamento. A Junta de Alistamento Militar, presidida pelo prefeito da cidade de Teresina, Lindolfo Monteiro, destinava os jovens às 26ª CR para direcioná-los ou para o 25º Batalhão de Caçadores ou para demais unidades pelo território já que, durante este período, o trânsito de soldados e oficiais era intenso.

¹⁰ Em reportagem datada de 17 de dezembro de 1939, o jornal *Diário de Pernambuco* noticiava a saída do porto de Cabedelo de 352 toneladas de algodão paraibano para este porto alemão embarcados pelo vapor *São Paulo*.

¹¹ Designação usada para a Marinha de Guerra da Alemanha durante o III Reich.

¹² Força Aérea Italiana no período do governo fascista de Mussolini.

¹³ Marinha italiana. Da mesma forma que os alemães, os italianos possuíam submarinos operando no Atlântico.

¹⁴ Este mapa é do ano de 1914. Foi utilizado até 1960 quando houve outro recenseamento geral. Para que o leitor identifique bem as cidades fizemos um recorte visando identificar a dimensão da zona de guerra piauiense.